



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681234 - SP (2021/0225502-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BEATRIZ RAMOS VICO - SP328847  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : G H DA S (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. H. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Instrumento n. 2067670-89.2021.8.26.0000).

Ao paciente foi aplicada a medida socioeducativa de semiliberdade, ante a prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo, ocorrido em 8/11/2016. Em setembro de 2018, o paciente iniciou o cumprimento da medida, a qual foi suspensa em razão da covid-19.

A impetrante sustenta que a manutenção da medida socioeducativa configura constrangimento ilegal, violando o princípio da atualidade.

Aduz que, "em se tratando de fato datado de 2016, não há qualquer finalidade socioeducativa na continuidade da execução dada a ausência de atualidade. [...] uma vez que, superado quatro anos e oito meses da data dos fatos o jovem não voltou a se envolver em qualquer ilícito, defende-se a necessidade de extinção do feito com fulcro no art. 46, II do SINASE, pois a medida socioeducativa atingiu a sua finalidade, inexistindo interesse na manutenção da tutela estatal" (fls. 4-5).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinada a extinção da execução da medida socioeducativa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente